



**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**

02  
MP

Of. nº 502/2020/GPBCN

Bom Despacho, 16 de julho de 2.020

À Sua Excelência a Senhora  
Vereadora Joice Quirino  
Presidente da Câmara Municipal  
Rua Marechal Floriano Peixoto – 40 – Centro  
35600-000 – Bom Despacho-MG

*Bruno Luiz dos Santos Carmo* 16/07/20  
**Bruno Luiz dos Santos Carmo**  
Diretor Geral

**Assunto:** Encaminha projeto de lei que inclui artigo e altera a lei 2.738/20 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Senhora Presidente

Encaminho projeto de lei que pretende incluir o art. 7º-A e altera o parágrafo único do art. 12 da lei 2.738/20, a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As alterações são necessárias para que se corrija erro material ocorrido durante o processo legislativo da lei aprovada no dia 13 de julho de 2.020.

As demais justificativas técnicas estão na exposição de motivos elaborada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, que segue anexa.

Solicito que o projeto seja analisado e votado na maior urgência possível, se necessário com a convocação de sessão extraordinária, nos termos do art. 58, I, da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,

*Bertolino da Costa Neto*  
**Bertolino da Costa Neto**  
**Prefeito Municipal**



**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**

03  
ma

Projeto de Lei nº 44/2020

*Inclui o art. 7º-A na lei municipal 2.738/20, Lei de Diretrizes Orçamentárias, altera o parágrafo único do art. 12 da mesma lei e dá outras providências.*

**O Prefeito Municipal de Bom Despacho/MG**, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no inciso IV do art. 87 da Lei Orgânica Municipal, encaminha o presente Projeto de Lei para tramitação legal nessa Egrégia Casa.

Art. 1º Fica incluído o art. 7º-A na lei 2.738/20, que vigorará com a seguinte redação:

*“Art. 7º-A A LOA conterà dotação para Reserva de Contingência, no valor de até 0,5% (cinco décimos por cento) e no mínimo de 0,02% (dois centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida fixada para o exercício de 2021, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para o atendimento ao disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00.”*

Art. 2º Fica alterado o parágrafo único do art. 12 da lei 2.738/20, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 12 (...)*

*Parágrafo único. A Reserva de Contingência, prevista no art. 7º-A desta Lei, será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere ao grupo de despesa.” (N.R.)*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Despacho, 16 de julho de 2020, 109º ano de emancipação do Município.

  
**Bertolino da Costa Neto**  
**Prefeito Municipal**





**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão**

04  
MA

EM 2/2020/SEPLAG

Bom Despacho, 16 de junho de 2.020

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício orçamentário de 2021 foi aprovada pela Câmara Municipal de Bom Despacho no dia 13 de junho de 2.020, com algumas emendas.

Ao indicar as emendas, a Câmara alterou a redação do artigo 8º da LDO proposta pelo executivo, sendo que a intenção seria incluir o art. 8º-A. Esta proposta está indicada no parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal.

Esta inclusão de emenda alterou o artigo 8º da proposta encaminhada pelo executivo ficando este excluído do projeto. A definição do art. 8º é uma diretriz essencial para a elaboração da proposta orçamentária 2021 pois trata-se da reserva de contingência, em atendimento à LRF. O artigo possuía a seguinte redação:

*“Art. 8º A LOA conterá dotação para Reserva de Contingência, no valor de até 0,5% (cinco décimos por cento) e no mínimo de 0,02% (dois centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida fixada para o exercício de 2021, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para o atendimento ao disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00.”*

As emendas apresentadas pelo Poder Legislativo foram preservadas, mas torna-se indispensável a manutenção do antigo art. 8º na Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentado anteriormente.

Por estas razões, encaminhamos o presente projeto de lei que sanará o erro material ocorrido, para acrescer novamente na lei, desta vez como artigo 7º-A, o artigo que anteriormente correspondia ao artigo 8º.

Será necessário também alterar o parágrafo único do art. 12, tendo em vista que ele fazia referência à antiga redação do art. 8º, ficando agora sem sentido. A alteração será apenas para fazer a referência ao artigo que será acrescido.

Respeitosamente

  
Maria de Fátima Rodrigues

**Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão**